

A INTERNACIONALIZAÇÃO DO TURISMO E A DINÂMICA TERRITORIAL NO ARQUIPÉLAGO DE BAZARUTO EM MOÇAMBIQUE

The internationalization of tourism and territorial dynamics in the Bazaruto Archipelago in Mozambique

La internacionalización del turismo y la dinámica territorial en el Archipiélago de Bazaruto en Mozambique

Verónica Cecílio Chiundila Vico^{*}
Francisco Fransualdo de Azevedo^{**}
Roberto Paolo Vico^{***}

^{*} Universidade Federal do Rio Grande do Norte – veronicacchiundila@gmail.com

^{**} Universidade Federal do Rio Grande do Norte – ffazevedo@gmail.com

^{***} Universidade de São Paulo – roberto.paolo.vico@gmail.com

Versão online publicada em 23/03/2022 (<http://seer.ufrgs.br/paraonde>).

Como citar esse artigo: VICO, V. C. C.; AZEVEDO, F. F.; VICO, R. P. A internacionalização do turismo e a dinâmica territorial no Arquipélago de Bazaruto em Moçambique. **Para Onde!? Edição Especial - Geografia(s) do Turismo**, v. 16, n. 02, p. 93-113, 2022.

Resumo:

Este artigo aborda acerca da racionalidade de diversos atores que são determinadas pelas relações de poder articuladas pelo processo de internacionalização do turismo. Também, diante do domínio de mercado turístico reflete-se sobre as atuações exógenas que exercem influência sobre a dinâmica do território do arquipélago de Bazaruto, assim como, sobre a lógica horizontal estabelecida por relações de vivência baseadas em laços de fortalecimento solidário. É neste contexto que, buscando materializar esta pesquisa de cunho qualitativo, com base na análise documental e bibliográfica, auxiliada da atividade em campo, interagiu-se com os sujeitos de pesquisa através da realização de entrevistas com membros da comunidade autóctone, empresários turísticos e funcionários da administração do Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto (PNAB). Também, realizou-se a observação direta e encontro participativo tendo em vista a apreensão das questões cotidianas do arquipélago de Bazaruto. Por meio do contato que a comunidade tem com o contexto turístico, a comunidade passa a ter novas exigências e procura as facilidades da vida moderna. Contudo, enquanto a comunidade local se preocupa com a disposição de serviços e a aquisição de bens de consumo tidos como o mínimo para a subsistência, as firmas, mediante a atuação em rede, procuram atender a acumulação de capital pelos níveis de domínio tecnológico, da organização do trabalho e de capital, assim como de expansão de atividades, a exemplo daquelas ligadas ao turismo. A dinâmica territorial torna-se, no entanto, dependente e propícia à abertura de projeções exógenas que se fundamentam na lógica hegemônica de importação e difusão dos modelos de consumo.

Palavras-chave: Internacionalização do turismo. Território. Solidariedade organizacional. Solidariedade orgânica. Arquipélago de Bazaruto – Moçambique.

Abstract:

This article discusses the rationality of various actors that are determined by power

relations articulated through internationalization process of tourism. Also, given the domain of the tourist market, it reflects on the exogenous actions that exert an influence on the dynamics of the territory of the Bazaruto archipelago, as well as on the horizontal logic established by living relationships based on bonds of solidary strengthening. It is in this context that, by seeking to materialize this qualitative research, based on documental and bibliographic analysis, aided by field activity, we interacted with the research subjects through interviews with the native community, tourist entrepreneurs and employees of the administration of the Bazaruto Archipelago National Park (BANP). Also, direct observation and participatory meeting were carried out with a view to apprehending the daily aspects of the Bazaruto archipelago. Through the contact that the community has with the tourist context, the community starts to present new requirements and seeks the facilities of modern life. However, while the local community is concerned with the provision of services and the acquisition of consumer goods considered the minimum for subsistence, firms, through network operations, seek to meet capital accumulation by the levels of technological mastery, of the organization, labour and capital, as well as the expansion of activities. The territorial dynamics, however, become dependent and prone to the opening of exogenous projections that are based on the hegemonic logic of importing and diffusing consumption models.

Keywords: Internationalization of tourism. Territory. Organizational solidarity. Organic solidarity. Bazaruto Archipelago – Mozambique.

Resumen:

Este artículo discute la racionalidad de varios actores que están determinados por las relaciones de poder articuladas por el proceso de internacionalización del turismo. Asimismo, dado el dominio del mercado turístico, reflexiona sobre las acciones exógenas que inciden en la dinámica del territorio del archipiélago de Bazaruto, así como en la lógica horizontal que establecen las relaciones vivas basadas en lazos de fortalecimiento solidario. Es en este contexto que, buscando materializar esta investigación cualitativa, a partir del análisis documental y bibliográfico, con la ayuda de la actividad de campo, interactuamos con los sujetos de investigación a través de entrevistas con la comunidad autóctona, empresarios turísticos y empleados de la administración del Parque Nacional del Archipiélago de Bazaruto (PNAB). Asimismo, se realizó observación directa y encuentro participativo con miras a aprehender la problemática cotidiana del archipiélago de Bazaruto. A través del contacto que la comunidad tiene con el contexto turístico, esta comienza a tener nuevos requerimientos y a buscar las facilidades de la vida moderna. Sin embargo, mientras la comunidad local se preocupa por la prestación de servicios y la adquisición de bienes de consumo considerados mínimos para la subsistencia, las firmas, a través de operaciones en red, buscan satisfacer la acumulación de capital por los niveles de dominio tecnológico, de la organización del trabajo y del capital, así como la expansión de actividades. La dinámica territorial, sin embargo, se vuelve dependiente y abierta a proyecciones exógenas basadas en la lógica hegemónica de importar y difundir modelos de consumo.

Palabras clave: Internacionalización del turismo. Territorio. Solidaridad organizacional. Solidaridad orgánica. Archipiélago de Bazaruto - Mozambique.

1 Introdução

O que estamos vivendo agora foi longamente preparado, e o processo de internacionalização não data de hoje. O projeto de mundializar as relações econômicas, sociais e políticas, começa com a extensão das fronteiras do comércio no princípio do século XVI, avança por saltos através dos séculos da expansão capitalista para finalmente ganhar

corpo no momento em que uma nova revolução científica e técnica se impõe e em que as formas de vida no planeta sofrem uma repentina transformação (SANTOS, 1988, p. 5).

Os avanços tecnológicos proporcionaram o progresso da técnica, da ciência e da informação, contribuindo para que diversas relações e conexões se estabelecessem pelo mundo. A melhoria das condições de trabalho associada ao usufruto do tempo livre, ao reconhecimento dos direitos trabalhistas – como, por exemplo, a determinação do tempo de trabalho, o direito a férias e à aposentadoria – e à evolução dos meios de transporte, desempenhou um papel fundamental ao estímulo à atividade turística e à articulação da indústria e comércio no geral.

Todavia, esses avanços são territorialmente contraditórios uma vez que nem todas as classes sociais usufruem dos benefícios proporcionados pelo processo de fluidez e mundialização do capital. Na verdade, enquanto um grupo possui vantagens de acesso às viagens, ao uso e controle dos recursos, a flexibilização das operações de mercado e acesso à informação, por outro lado, faz “de locais isolados e de povos empobrecidos entidades ansiosas por usufruírem dos atrativos da modernidade” (CACHO; AZEVEDO, 2010, p. 38). Muitas vezes, esse processo favorece a uma classe dominante meramente hegemônica, e é estabelecido de forma desigual, uma vez que ainda existe uma maioria da população excluída das vantagens facilitadas pelo complexo de fatores que o mundo dispõe.

Neste contexto, a internacionalização fortaleceu as relações econômicas, expandindo as formas de produção global diante da difusão de atividades como do âmbito automobilístico, financeiro, bancário e turístico (HARVEY, 1993). Com a desregulamentação, privatização e liberação do comércio, o capital financeiro internacional e os grandes grupos multinacionais tiveram a liberdade de se expandirem e explorarem os recursos econômicos, humanos e naturais (CHESNAIS, 1996), projetando, do modo que lhes for conveniente, a forma de produção capitalista, a divisão do trabalho e a articulação das relações sociais produtivas.

Deste modo, o processo de internacionalização estabelecido pelo avanço tecnológico, da fluidez dos objetos técnicos e científicos, possibilitou o aumento de fluxos e interação de indivíduos, demarcando a expansão de mercado e das grandes corporações formadas por traços de conexão e pelo fluxo de informação e de capital.

2 Dinâmica socioespacial do Arquipélago de Bazaruto

O Arquipélago de Bazaruto localiza-se em Moçambique, na costa nordeste da província de Inhambane, no sudeste do continente africano. Conforme atesta a Figura 1, o arquipélago abrange cinco ilhas, nomeadamente: Bazaruto (120,50 km²), Benguerra (32,86 km²), Magaruque (2,96 km²), Santa Carolina (2,10 km²) e Bangue (0,66 km²),

totalizando uma área de 159,08 km². Possui o estatuto de um parque nacional e faz parte das áreas estratégicas qualificadas no âmbito de delimitação dos polos inscritos no plano estratégico de desenvolvimento do turismo em Moçambique.

O arquipélago de Bazaruto constitui uma referência em relação aos destinos turísticos moçambicanos baseados na natureza, especialmente com vistas à atração dos interesses do mercado turístico internacional, diante de um contexto de dinamização e adequação a uma lógica global de proliferação das forças produtivas. Em vista disso, o PNAB apresenta apenas grupos hoteleiros de 4 e 5 estrelas (Figura 1) que estabelecem conexões e se estendem numa dimensão ativa implantando um conjunto de infraestruturas e equipamentos turísticos.

Figura 1 – Mapa das ilhas e empreendimentos turísticos no arquipélago de Bazaruto



Fonte: Pesquisa empírica, 2019; Google Earth, 2019; Sistema de coordenadas SIRGAS, 2000.

3 A hegemonia do mercado turístico no Arquipélago de Bazaruto: um olhar sobre as verticalidades e a solidariedade organizacional

Atualmente o turismo, face ao cenário global, representa uma atividade produtiva de base capitalista que notoriamente reproduz modelos modernizadores e em certos contextos, dependendo da forma como for difundido, causa a organização desigual e contraditória. Por isso, interessamos, a partir da conjuntura turística, desvendar a articulação entre os agentes da ótica econômica, social e política, e as relações que a dinamizam no contexto mundializado, de modo a pensar no território como o meio no qual os indivíduos interagem e organizam os seus modos de vida, considerando o seguinte:

Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, “únicos”. Isto se deve à especialização desenfreada dos elementos do espaço: homens, firmas, instituições, meio ambiente, à dissociação sempre crescente dos processos e subprocessos necessários a maior acumulação de capital, à multiplicação das ações que fazem do espaço um campo de forças multidireccionais e multicomplexas, onde cada lugar é extremamente distinto do outro, mas também claramente ligado a todos os demais por um nexos único, dado pelas forças motrizes do modo de acumulação hegemonicamente universal (SANTOS, 1988, p. 13).

É essencial tratar do território usado, impactado por jogo de forças proporcionado por um conjunto de elementos correlacionados, inseridos num contexto estrutural, que sobretudo, é influenciado pelo meio técnico-científico-informacional a favor das ações hegemônicas.

Santos e Silveira (2006, p. 21) abordam o meio técnico-científico-informacional refletindo que “um novo conjunto de técnicas se torna hegemônico e constitui a base material da vida da sociedade”. Nesse contexto, é imperativo o papel da ciência, da técnica e da informação, cujo processo “aparece como um complexo de variáveis que comanda o desenvolvimento do período atual.”

A influência do emprego da técnica permitiu a produção cada vez mais aprofundada, a ação cada vez mais aperfeiçoada pelo ser humano, com a interferência e transformação da natureza e na vida da sociedade apropriando-se do território consoante os seus anseios, assimilada à transmissão de informações simultâneas em diferentes partes do mundo. Essas são facilitadas pelo desenvolvimento da ciência e das tecnologias de informação, contribuindo para a circulação e conexões diversas, que por outro lado exclui uma parte da sociedade desses avanços.

Entretanto, o território usado por grandes firmas representa um modelo hegemonicamente universal não apenas da atividade turística, mas também de qualquer vetor econômico do capital mundializado, onde a principal característica é determinada pela acumulação de capital por meio

da mercantilização de um conjunto de elementos naturais e artificiais que tendem a atrair fluxos. Assim,

o território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos graças as enormes possibilidades de produção e, sobretudo, circulação de insumos, dos produtos, do dinheiro, das ideias, e informações, das ordens, dos homens. É irradiação do meio técnico-científico-informacional que se instala sobre o território (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 52).

A partir desse ponto, reflete-se a ocorrência vertical caracterizada pela ação global materializada por agentes hegemônicos, e a horizontal concretizada pelos sujeitos não hegemônicos. Diante disso, diferentes agentes vão impondo a própria lógica de organização territorial e simultaneamente a perda de controle das dinâmicas socioespaciais (SANTOS, 2008a). Deste modo, esses agentes vão realçando uma sequência de situações: o desemprego, emprego precarizado, a pobreza estrutural, a segmentação da produção, do trabalho e do consumo.

Enquanto uma minoria da população adquire vantagens diante do poder aquisitivo, intensificando o acesso ao consumo e usufruindo de bens e serviços dispostos, outra martiriza-se com as condições socioeconômicas árduas, procurando o acesso aos bens e serviços primários para a sobrevivência.

A submissão dos indivíduos às práticas do mercado, o estímulo e a divergência de consumo das diferentes classes sociais, a polarização da riqueza e da pobreza expressam um sistema imbricado às forças de produção capitalista que requerem a concentração do poder e a acumulação de capital. Assim, de acordo com Chesnais (1996), são as empresas que adotam estratégias internacionais para tirar proveito de um alto grau de coordenação, diversificação de operações e de sua implantação local.

Nesse contexto, a lógica multinacional se instala com um conjunto de normas que flui e domina, causando incertezas e instabilidades na sociedade a qual se inserem, rejeitam as regras existentes e determinam as próprias diretrizes. O turismo é apenas mais uma atividade de expansão do capital internacional, e sendo um dos fatores marcantes da atualidade, estabelece conexões projetadas por diversos atores. Por isso, é necessário apreender, na totalidade, o modo como se dá a apropriação e transformação do território.

O território pode ser entendido como o território usado pelas corporações, onde o sistema de objetos e ações está em constante transformação, porém integrados. Ademais, sobressai um visível jogo de interesses entre os diferentes atores pelo fato de diversos cenários serem marcados por objetivos dispersos, pois os propósitos se estabelecem de forma divergente e são excêntricos ao lugar e impactantes na dinâmica territorial.

A dinâmica territorial se realiza pelo uso das relações de poder. Conforme Raffestin (1993), o território é o espaço onde os homens projetam as suas ações e assim demarcam relações de poder. Os atores atuam em variados níveis, ou seja, o Estado vai formando o território nacional por intermédio de novos recortes, implantações e ligações, assim como as empresas ou outras organizações vão se projetando diante de um conjunto de fatores favoráveis e limitantes, incluindo o indivíduo ao erguer a sua casa (RAFFESTIN, 1993).

Logo, o território revela a apropriação econômica e social dos recursos pelos diversos agentes, bem como, o campo de forças propenso a contradições entre o vertical e o horizontal, pois o sistema de produção do território sujeita ao entendimento que remete à dinâmica do próprio funcionamento.

Desse modo, dá-se o uso do território por atores com interesses desiguais, em que as ações se tornam tendentes ao domínio das forças externas. Nesse sentido, Santos (2004) menciona que o fato da necessidade imediata de tornar o mundo único por meio da unicidade da técnica, científica e informacional, constitui a base do fenômeno de modernização e das transformações contemporâneas do território, além de caracterizar novos modos da vida econômica e social, em que a relação de objetos e ações deixa de ser meramente horizontal e é influenciada pelas verticalidades.

Diante disso, considera-se a afirmação de Santos (2008b) sobre o espaço convertido num dado de regulação pelo processo direto da produção e da circulação, aberta a realização de racionalidade dos diversos atores, entendendo que,

O meio técnico-científico-informacional está presente em toda parte [...] no campo como na cidade [...] as ações hegemônicas se estabelecem e realizam-se por intermédio de objetos hegemônicos. [...] Cada combinação tem sua própria lógica e autoriza formas de ações específicas aos agentes econômicos e sociais (SANTOS, 1994, p.25).

É por meio das verticalidades, que há uma tendência de fixação de objetos hegemônicos que atuam na regulação dos moldes internos de ação. Assim, reflete-se num conjunto de infraestruturas criadas para responder à dinâmica global, face aos objetos técnicos se articulando com a lógica de ações específicas e direcionadas para o fluxo de bens e serviços. Neste contexto, a movimentação aérea (Figura 2), somada à comercialização de determinados tipos de serviços, a exemplo de hotelaria e hospedagem em geral, constituem a principal via de atuação das empresas turísticas situadas no arquipélago de Bazaruto.

Figura 2 – Pista de aterragem



Fonte: Leonardo (2019)¹

Através da Figura 2 podemos compreender que existe uma demanda de fluxo de turistas, empresários, mercadorias e de capital mediante o tráfego aéreo. Então, as empresas turísticas de organização ativa adotam um modelo hegemônico que se apoia num cenário global de relações articuladas pela solidariedade organizacional, onde tendem a lucrar e se expandir com níveis socioespaciais mais extensos. Desse modo, as grandes firmas se apropriam do território como um recurso, e, conforme os objetivos que lhes convêm, procuram cada vez mais por uma unificação e homogeneidade do mundo, exercendo uma ocupação pontual e seletiva do espaço assegurado pelo equipamento modernizado.

Nesse caso, emerge uma preocupação contraditória no envolvimento de ações aliadas à comunidade autóctone com foco nas orientações para a maximização de lucro onde se centraliza uma “economia, em que os empresários usam sua capacidade de organizar os fatores, setores produtivos com níveis suficientes de produtividade” (VÁZQUEZ-BARQUERO, 1988 apud BOISIER, 2002, p. 10), mantendo o interesse mercadológico e elevando os níveis de solidariedade organizacional. Assim, os empreendimentos turísticos, por meio do departamento de comunidades, por esses criados, monitoram as atividades de visitas guiadas à comunidade autóctone para o conhecimento de vivência da população que se encontra no arquipélago. Em vista disso, advém a venda do exótico, a comercialização da pobreza e por essa ordem as desigualdades se tornam um atrativo turístico, embora no contexto “moderno” transforma-se em uma utopia a valorização cultural.

Consequentemente, vão surgindo impactos sociais na vida das comunidades face ao modo de vida, refletida nas desigualdades, bem como na instrumentalização dos autóctones como objetos irracionais. Dentre os impactos negativos refletidos na comunidade autóctone, é possível

¹ Disponível em <https://www.anantara.com/en/bazaruto-island/gallery>, no dia 3 de julho de 2019.

perceber com base no relato dos gestores dos empreendimentos turísticos o seguinte:

Eles pedem esmola aos turistas e isso incomoda. Os turistas sempre comentam. Mancha a nossa imagem e do destino também (Entrevistado 14, gestor de empreendimento turístico, 2019).

A comunicação entre nós e os trabalhadores locais tem sido difícil, porque até capacitamos e eles sabem apenas fazer as atividades, mas muitos não sabem ler, nem escrever (Entrevistado 15, gestor de empreendimento turístico, 2019).

Em vista disso, a alfabetização constitui um elemento inicial para a instrução do ser humano e estabelece um caminho elementar para a liberdade. Pois, o homem não só escreve e fala buscando o mecanismo de sua recomposição e da composição de novas palavras, mas também escreve e exprime o seu pensamento, age reflexivamente, expressa juízos e conquista-se na sua própria destinação histórica (FREIRE, 1987).

Contudo, mediante as entrevistas realizadas, denota-se a preocupação dos empreendedores turísticos com a imagem do destino, com o entendimento de um “paraíso” onde as necessidades dos autóctones devem ser ocultas, apenas se demonstram quando exercem um objetivo lucrativo através dos departamentos de comunidades.

Por outro prisma, há uma absoluta contradição, pois o mesmo departamento de comunidades estabelece relações diretas com o mercado, se constitui como um negócio e deve salvaguardar as comunidades. Ou seja, o departamento de comunidades foi instalado dentro dos empreendimentos turísticos para facilitar a articulação entre os trabalhadores locais e a gestão desses empreendimentos e, inclusive, para os aspetos de interação entre as comunidades e os empreendimentos turísticos. Ocorre uma sensibilização dos hóspedes para a coparticipação com 10 dólares com vistas a apoiar a comunidade autóctone. Porém, há um paradoxo na transparência dos recursos e na prestação de contas, pois carece transparência nos valores angariados com base nos donativos feitos na sua maioria pelos hóspedes e a declaração é dependente dos empreendimentos turísticos. Assim, denotam-se controvérsias como: a falta de declaração de receitas mensais e da entrada diária de hóspedes, bem como dos donativos arrecadados pelos empreendimentos turísticos.

Enquanto isso, devido aos acontecimentos estranhos ao lugar, os sujeitos (as comunidades hegemônicas) têm o território como abrigo, no qual procuram se adaptar ao meio geográfico local, fortificam-se e unificam-se horizontalmente, aprimorando estratégias que garantam a sua sobrevivência, porém, com notória fragilidade e vulnerabilidades perante as forças hegemônicas dos que gerem o negócio turístico.

4 A demanda socioeconômica do turismo: a lógica horizontal e a solidariedade orgânica

Por vezes, preocupamo-nos em compreender a dinâmica dos fatos dos macroprocessos, mas, é necessário recorrermos às suas microinstâncias, à sua subjetividade, à organização da vida dos sujeitos sociais envolvidos, suas estratégias e racionalidades internas, implementadas como experiências relacionais de um mundo historicamente vivido (TEDESCO, 1999).

É fundamental refletir sobre um fato referente a fundação do PNAB, visto que a descoberta do passado constitui uma base construtiva para o conhecimento do presente.

No início quando o parque começou, aquilo era quase baseado em projetos da comunidade europeia, esses é que vieram e financiaram o parque através da WWF. E quando eles começaram, a sede do parque não estava na atual sede, estava lá na zona do Pestana Bazaruto *lodge* em Machulane em nome local, e o nome do acampamento chamava-se Panda Camping. Em 1971 foi quando se criou o parque, mas não se fazia nada, só no fim da década 70, mas concretamente na década 80 é que começou a haver muito esforço (Entrevistado 1 – trabalhador nativo da fiscalização, 2019).

O propósito incipiente do parque se torna um interesse internacional por intermédio da União Europeia e assim o PNAB foi concebido em 1971, porém não havia um envolvimento da comunidade sobre a real intenção da organização e dos objetivos do parque. Entretanto, há quase duas décadas² surgem questionamentos sobre possíveis modos de participação da organização local em resposta às projeções exógenas que se inserem numa composição econômica internacional.

Portanto, as horizontalidades são o domínio de um cotidiano territorialmente partilhado com tendência a criar suas próprias normas, fundadas na similitude ou na complementaridade das produções e no exercício de uma existência solidária (SANTOS, 1994; 2004). Como forma de compensação à comunidade autóctone, criaram-se associações locais com o objetivo de gerir e executar os fundos denominados 20%.

O valor é coletado pelo parque e depois encaminhado para as finanças no qual retornam 80% do valor inicial. Desses 80% que se convertem a 100%, são retirados 20% destinados à comunidade local e aí as associações são chamadas para receber o valor (Entrevistado 2 – funcionário nativo da administração do PNAB, 2019).

² Desde o ano 2000 com a criação do Ministério do Turismo e o surgimento das associações locais.

Entretanto, o valor coletado é decorrente da entrada de turistas, embarcações, cruzeiros e avionetas, ou seja, de receita do turismo³, resultante da disponibilidade de arrecadações do PNAB, de acordo com os preços dispostos no Decreto nº 84/2017, de 29 de dezembro, que rege sobre as taxas a serem cobradas pelo acesso e utilização de recursos naturais nas áreas de conservação.

À vista disso, junto à administração do PNAB, foi possível obter dados anuais sobre a entrada de turistas e o valor coletado, e assim fez-se uma estimativa dos valores destinados à comunidade autóctone, conforme aponta a Tabela 1.

Tabela 1 – Entradas de turistas e receitas do PNAB

Ano	Número de turistas	A	A x 0,2 = B	A – B = C	C x 0,2 = D
		Valor coletado (em meticais)	B – Valor retido pelas finanças	C – Valor retornado	D – Valor destinado as comunidades
2015	21.460	6.333.956,00	1.266.791,20	5.067.164,80	1.013.432,96
2016	21.885	7.984.320,45	1.596.864,09	6.387.456,40	1.277.491,28
2017	9.768	9.813.609,90	1.962.721,98	7.850.887,90	1.570.177,60
2018	21.581	19.964.565,40	3.992.913,08	15.971.652,00	3.194.330,04

Fonte: Adaptado de dados coletados junto à administração do PNAB (2019).

Ora, conforme apresenta a Tabela 1, a receita do turismo no PNAB tende a crescer no período compreendido entre o ano 2015 a 2018, apresentando uma subida galopante em relação a arrecadação de receitas do ano 2017 para 2018, e provavelmente estaria associada à forma de coleta de receitas⁴ e ao aumento da equipe técnica de fiscalizadores. Pois, foi a partir do ano 2018, mediante um acordo de co-gestão do PNAB realizado em dezembro de 2017 que a African Parks⁵, organização não governamental sul-africana direcionada à gestão de áreas de conservação, passa a reforçar o apoio financeiro e a provisão de capacidade técnica, tendo assim, contratado e capacitado um grupo de fiscalizadores em 2018.

Ainda refletindo sobre os dados da Tabela 1, denota-se que, em 2016, o número de turistas superou o ano 2018, no entanto há um déficit enorme quanto às receitas coletadas. Pois, se observarmos ao número de 21.885 turistas e considerarmos que todos efetuaram o pagamento da taxa mínima de entrada que seria de 400,00 Meticais⁶, a receita mínima direcionada somente a fonte de entrada de turistas seria de 8.754.000,00 Meticais.

³ Contudo, ainda há barreiras sobre as receitas produzidas pela lucratividade dos empreendimentos turísticos. Embora, de certo modo a entrada de turistas, avionetas e embarcações assim como as taxas anuais de uso do parque constituam fontes moderadamente visíveis nesse processo.

⁴ A implementação do sistema *Survey Solution* em fase experimental e o auxílio do WhatsApp.

⁵ O acordo efetuado tem a duração de 25 anos, reavaliados em cada 5 anos. Nos primeiros 5 anos a African Parks irá desembolsar oito milhões de dólares na restauração do PNAB.

⁶ Preço de entrada aplicado aos nacionais.

De algum modo, a demanda dos turistas estaria relacionada ao uso de equipamentos ou serviços de baixo preço, por outro lado, pode-se considerar o descontrole nos valores arrecadados. Mas também não incluímos nesse cenário as outras taxas como de concessão de atividades comerciais, de ocupação da área por hectare, entre outras.

O número de turistas do ano 2017 mostra uma redução brusca em relação ao período analisado, e os dados escapavam do controle das instituições estatais, o que esclarece a dificuldade de captação e registro de dados. No entanto, o principal constrangimento na arrecadação de receita deve-se ao fato de os empreendimentos turísticos dificultarem o envio da lista diária dos hóspedes, sendo que na sua maioria utiliza a via aérea, mas também da desonestidade dos transportadores⁷, assim como da fragilidade de controle por parte do aeroporto de Vilanculos, bem como das instituições estatais.

Retomando o assunto em torno das associações beneficiárias do dito 20%, existem duas associações comunitárias e um comitê de gestão dos recursos naturais criados no ano 2002, sendo *Thomba Yedhu*, que no dialeto local *Xihoca* significa “nossa riqueza”, na Ilha de Bazaruto, *Khanhi Kwedho*, “nossa casa”, na Ilha de Benguerra e Comitê de Gestão de Magaruque, na Ilha de Magaruque, que foram concebidas para a gestão dos referidos fundos provenientes da atividade turística. Desse modo, o valor arrecadado é repartido pelas associações com base na densidade populacional que cada ilha compõe, sendo excluídas as ilhas Bangué e Santa Carolina, por não possuírem assentamentos humanos, como se apresenta na Tabela 2.

Tabela 2 – Taxas de distribuição de valores das receitas destinadas às associações locais

Ilhas	Número de habitantes	Associações	Porcentagem
Bazaruto	3388	<i>Thomba yedo</i>	62%
Benguerra	1519	<i>kanhy kwedo</i>	32%
Magaruque	188	Comitê de Magaruque	6%
Total	5095		100

Fonte: Dados de pesquisa (2019).

O recebimento dos valores não obedece a um período definido e pode atingir até um ano. O processo de recebimento consiste na realização de uma convocatória de todos os membros da comunidade, de modo a testemunhar o ato de transferência do cheque gigante⁸ às associações

⁷ Uma vez que, todo o transportador de turistas ou de visitantes é responsável em efetuar o pagamento das devidas taxas no continente, através dos quatro (4) pontos de cobrança de taxas de entrada nomeadamente: (1) em Inhassoro; (2) na praia junto ao Hotel Dona Ana; (3) no Aeroporto de Vilanculos e na (4) sede do PNAB (MOÇAMBIQUE, 2018a).

⁸ Cheque com a impressão que possibilita a dimensão visual e o caráter representativo dos valores adquiridos são repassados mediante um evento.

comunitárias. Para a execução do orçamento, as associações convocam uma assembleia geral para a tomada de decisão sobre os projetos que se pretendem levar avante, mas a frágil articulação local tem sofrido desavenças, pois o problema da fome, de baixa escolaridade, de saúde, e da dimensão estrutural da pobreza tem perpetuado as condições de vulnerabilidade. Entretanto, os dilemas são amplos face à carência de condições e disposições básicas, conforme o relato dos autóctones:

faltam centros de saúde. Também nesses centros de saúde não têm medicamentos e temos que ir a Vilanculos ou Inhassoro. Mas é difícil porque é longe e quando não tem onde dormir, tem que dormir no banco do hospital (Entrevistado 4 – autóctone, 2019).

As vezes não somos tratadas como pessoas, porque se não somos pessoas somos animais. Mas pelo menos os nossos filhos vão à escola e também tem uniforme escolar que não é fácil comprar porque as contas nunca dão certo (Entrevistado 5 – autóctone, 2019).

Essas adversidades denotam que se trata de problemas estruturais que necessitam de uma ação ampla que transcenda o benefício gerado pelas taxas de 20%. Pois se reconhece que,

o desafio principal é reduzir a sobrecarga em relação aos recursos derivados do mar, mas paralelamente a isso, as pessoas que vivem na ilha geralmente têm menor acesso às oportunidades, então o nível de escolarização, o acesso à educação de melhor qualidade é também algo que aparece como uma necessidade pontual, e nem sempre é possível suprir por maior que seja a vontade de qualquer um. Só o processo de acesso a zona das ilhas, é já um grande investimento, qualquer projeto que se quer empreender tem quase custos a dobrar ou a triplicar, então esses desafios são primordiais. Outros desafios se encontram, como a nutrição, diversificação da dieta, por aí fora (Entrevistado 3 – Funcionário do PNAB, 2019).

Geralmente a aplicação dos fundos pela comunidade autóctone é reservada às ações de ordem social, conforme discorremos, faz parte das oportunidades econômicas que podem influenciar nas facilidades sociais. A Figura 3 mostra uma das ações concretizadas na qual consta a abertura de furos (poços) de água.

Figura 3 – Fonte de água potável utilizada pela comunidade local



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

A Figura 3 também destaca a prática comum, que diz respeito à divisão social do trabalho, quando o trabalho feminino e infantil se constitui de fundamental importância no contexto familiar e social em geral, e de alguma forma inibe ou se sobrepõe à educação formal. Algumas práticas se reproduzem e constituem barreiras que são repassadas ao cenário da precarização do trabalho feminino nos empreendimentos turísticos, pois as mulheres autóctones ocupam funções similares às que são tidas no seio familiar, como camareira e agentes de limpeza, e assim, são incapacitadas de tomarem posições acima das que lhes são conferidas.

Retomando às aplicações dos fundos comunitários, dentre outras realizações, se identificam a construção de salas de aulas, atribuição de algumas bolsas de estudo, direcionadas para as crianças que pretendam continuar seus estudos no continente, uniforme escolar e os pequenos financiamentos solicitados pelas famílias para suprirem às necessidades monetárias urgentes. O sistema de prestação de contas sobre os fundos geridos é inconstante, assim como o financiamento de microcréditos pelas associações comunitárias com base nos projetos formulados e aprovados pela assembleia carece de um tratamento formal. A omissão de balanços sobre os investimentos e os gastos empreendidos também é uma realidade.

A questão da garantia da participação, autonomia e expansão de liberdade pode constituir uma prática imprecisa, pois os efeitos em termos de possíveis conquistas a serem alcançadas pelas comunidades se omitem pelas contrariedades conducentes aos problemas estruturais vivenciados. A Figura 4 atesta um encontro extraordinário solicitado pela comunidade autóctone, onde adversidades associadas à opressão, fome e pobreza se tornam discursos permanentes no seio dos nativos.

Figura 4 – Encontro comunitário



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Os problemas principais se enquadram na realidade vivenciada diariamente, na qual, um dos mais realçados, “o problema da fome”, traz controvérsias sobre os destinos turísticos da “elite” projetados para o cenário internacional. Isto é, a dualidade prepotente entre a pobreza e a riqueza; o que confirma que nem sempre o conjunto de potencialidades ou a larga escala econômica poderá se refletir diretamente nos benefícios sociais.

A origem da fome não está apenas na má constituição do regime alimentar ou na insuficiência de alimentos, mas numa proporção complexa que põe em risco a população, onde as desigualdades são produzidas para reafirmar a riqueza de poucos (AZEVEDO; LIMA; SILVA, 2012). Então, uma atividade produtiva pode coexistir com a pobreza (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991), pois garante as variadas formas de expropriação, seja de capital, recursos naturais, mão de obra, entre outras.

Contudo, a vivência local se reforça por meio da articulação dos indivíduos para o alcance de objetivos comuns mediante as condutas sociais baseadas no civismo, comprometimento, cooperação e atuação recíproca (PUTNAM, 1996), pois quanto maior for a articulação entre os atores e sujeitos de um determinado território, maior será a possibilidade de ocorrer o desenvolvimento mais consolidado. Desse modo, deve-se considerar a atuação dos atores autóctones no processo participativo e na construção de diretrizes que fomentem os envolvidos.

Assim, o território é visto como o produto da apropriação por um dado grupo social, estabelece relações políticas de controle, relações afetivas identitárias e de pertencimento, e é objeto das visões de mundo dos grupos sociais (HAESBAERT, 2004).

Portanto, as comunidades revelam o meio socialmente vivido, utilizando-se de suas práticas para estabelecer e manter seu território, desse modo, o uso do território como abrigo, face ao sentido de pertencimento, se define num conjunto de relações do cotidiano.

Em relação ao benefício do turismo sobre a influência na qualidade de vida da comunidade local, depreende-se o seguinte:

Há muito tempo éramos maioritariamente de pescadores, hoje em dia, pode-se ver uma parte de pessoas a trabalhar nos *lodges* ou mesmo na pesca, para vender o peixe nos *lodges*. Em termos de vida social há uns 15 anos atrás era difícil ver casas de alvenaria, hoje em dia se contam o número de casas e de outros bens que vamos tendo aos poucos e assim vamos melhorando as nossas vidas (Entrevistado 7, autóctone, 2019).

Hih... nem sei o que dizer. Mas, trabalhamos muito. O nosso corpo precisa de descansar. Patrão é muito chato porque não entende só quer ver cliente *ntsem* (Entrevistado 8, autóctone, 2019).

As vezes não têm peixe. E proíbem por rede perto do *lodge* e tem fiscais aqui. Agora que são muitos (Entrevistado 9 – autóctone, 2019).

(...) Sou estagiária deste *lodge*. Estagiária trabalha no máximo 6 meses (Entrevistado 10 – autóctone, 2019).

Às vezes, o turismo tende a se revelar ineficaz promotor da igualdade e no posicionamento aliado dos oprimidos (WEARING, 2002 *apud* HIGGINS-DESBIOLLES, 2006), perante as relações de trabalho impostas pelo capital. Por isso, muitas vezes agrava e aprofunda as desigualdades, sobretudo em territórios vulneráveis.

Destarte, trata-se de comunidades autóctones que dependem estritamente dos meios ou recursos fornecidos pela terra ou mar, a exemplo dos pescadores, o meio no qual o grupo social está inserido, e o que segundo Haesbaert (2004) assinala que transforma a terra num pressuposto natural ou divino da existência humana. Ora, o ser humano sempre estabelece uma relação profunda com a natureza, se identificando como parte integrante da natureza.

As comunidades do arquipélago de Bazaruto são extremamente dependentes dos recursos naturais para a prática da atividade pesqueira, agrícola, a extração de lenha e também o uso do coqueiro como principal fonte de madeira e palha para a construção de casas e depósito de alimentos (Figura 5).

Figura 5 – Depósito de alimentos feito com material tradicional local



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

No entanto, o modo de produção assente na sociedade moderna enfatiza a incidência da segregação socioespacial implícita ao processo social no âmbito da turistificação das comunidades autóctones. Assim, a condição do sistema capitalista vai se constituindo e se impondo como um fator de desordem quando refletimos sobre os cenários de expropriação.

Por exemplo, trazemos o relato dos autóctones relacionados ao processo de reassentamento finalizado em 2012, abrangendo 40 famílias, no âmbito da expansão do empreendimento Pestana Bazaruto Lodge:

Nos deixaram no xitumbeluane⁹. As nossas casas estão longe de tudo, para pescar temos que andar muito enquanto antes estávamos perto do mar. Prometeram muita coisa, mas não fazem (Entrevistado 11 – autóctone, 2019).

Prometeram construir casa, a escola das crianças e nos dar o gás e água. Construíram casa, mas não cumpriram tudo (Entrevistado 12 – autóctone, 2019).

A condição era boa, mas não fizeram nada. As nossas casas não têm vigas nem nada, já tem rachas em pouco tempo, só falta cair sobre nós (Entrevistado 13 – autóctone, 2019).

Este processo se consistiu na remoção das famílias que residiam próximo ao mar e ao espaço onde hoje localiza-se o Pestana Bazaruto Lodge, para a zona denominada Machulane localizada no interior da Ilha

⁹ Expressão usada para dizer “esconderijo”, ou seja, foram deixados num meio escondido.

de Bazaruto. O cenário prometido envolvia a garantia de ensino, a canalização de água, o fornecimento de gás e a construção de residências em alvenaria (Figura 6).

Figura 6 – Casa construída no âmbito do reassentamento da comunidade



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

No entanto, de acordo com a Figura 6, a disponibilização de habitação se tornou concreta, todavia, a construção precária gera desânimos e indignação na comunidade reassentada.

Diante do exposto, o espaço de vivência entre empresas, instituições e pessoas se integra numa mescla de ações controversas na estrutura global da sociedade e na complexidade do uso do território, trazendo uma hierarquia na distribuição da tecnologia, do trabalho, da informação e do capital.

Ora, na internacionalização do turismo especialmente pela circulação do capital estrangeiro, torna-se necessário incrementar um processo consolidado que valorize a combinação de estratégias empresariais com os reais benefícios para a população local (AZEVEDO; LOCATEL; SILVA; GURGEL, 2013) pelo que deve haver uma “mediação entre crescimento econômico, equidade social, preservação dos recursos naturais e dos padrões socioculturais” (AZEVEDO et al., 2013, p. 2). É primordial que se transpareça e se cumpra o comprometimento que as empresas/organizações possuem perante à sociedade e o fomento da participação ativa dos autóctones em consonância com o processo de desenvolvimento com enfoque na valorização humana e da natureza, assegurando uma interação dinâmica das partes interessadas e impactadas pelo turismo e a implementação de objetivos estratégicos para a garantia de benefícios inclusivos.

5 Considerações finais

O artigo faz uma revelação sobre o processo de internacionalização do turismo, tendo em consideração a hegemonia do mercado turístico e a sua relação intrínseca com as verticalidades e solidariedade organizacional, na qual a atuação de empresas turísticas internacionais tende a demarcar fluxos e sua lógica de atuação garantindo o domínio da técnica, da informação e da ciência.

Portanto, a ordem de funcionamento territorial através da produção do espaço atrelado ao turismo enquanto dinamizador, gerador de fixos que estimulam fluxos de pessoas, capital, informação, etc., atribui diversas funcionalidades, diante de complexas relações de produção, distribuição e consumo, assegurando a ocorrência dos privilegiados, mas também, dos invisibilizados nesse processo de internacionalização do turismo.

O turismo representa um fenômeno econômico e social que se materializa por diversas relações interpessoais e, pelo fluxo de múltiplas e complexas operações para a produção de bens e serviços, marcados pela lógica do capital mundializado. Esse capital proporciona novas formas de expansão de informação e de consumo, ocasionando nova estrutura socioespacial.

Também, é notória a racionalidade sob a lógica horizontal pautada pela solidariedade orgânica em resposta da demanda socioeconômica do turismo. Inclusive, as associações locais são criadas num contexto de resposta à determinados embates e pressões para a estruturação do território dos autóctones, com contrariedades segregadoras e problemas cotidianos crônicos como o acesso à educação formal, saúde, alimentação, mobilidade e transporte, etc., chamando assim, um enfoque na valorização humana e na emergência das relações solidárias no processo de turistificação.

6 Referências

AZEVEDO, F.; LIMA, F.; SILVA, R. A. fome e a escassez no período técnico-científico-informacional: revisitando o pensamento de Josué de Castro em relação ao Brasil e ao nordeste. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 13, n. 42, p. 157-168, jun. 2012.

AZEVEDO, F., LOCATEL, C., SILVA, R., GURGEL, E. A internacionalização do turismo no mundo subdesenvolvido (Brasil e Moçambique): problematizando a sustentabilidade turística. Peru: **Observatório Geográfico da América Latina**, EGAL, 2013. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaturistica/13.pdf> Acesso em: 10 fev. 2022.

BOISIER, S. Desarrollo (Local): **De qué estamos hablando?** Transformaciones globales, instituciones y políticas de desarrollo local.

Rosario: Editoria Homo Sapiens, 2001.

CACHO, A.; AZEVEDO, F. O turismo no contexto da sociedade informacional. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 4, n.2, p. 31-48, ago. 2010.

CHESNAIS, F. **A mundialização de capital**. São Paulo: Xama, 1996. 335p.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430p.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 184p.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 395p.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1993. 349p.

HIGGINS-DESBIOLLES, F. More than an “industry”: the forgotten power of tourism as a social force. **Tourism Management**, Amsterdã, v. 26, n. 1, p. 1192-1208, 2006.

MOÇAMBIQUE. Decreto nº 84/2017, de 29 de dezembro. **Taxas de acesso e utilização de recursos naturais nas áreas de conservação**. Maputo: Governo Federal, 2017. Disponível em: <https://www.biofund.org.mz/wp-content/uploads/2018/03/Decreto-84-2017-Novas-taxas-Parques-e-Reservas.pdf> Acesso em: 10 fev. 2022.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas – FGV, 2006. 257p.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269p.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teórico e metodológico da Geografia. Hucitec: São Paulo, 1988. 124p.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. 174p.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008a. 132p.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2008b. 433p.

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M.; SILVEIRA M. **O Brasil**: o território e sociedade no século XXI. São Paulo: Record, 2006. 473p.

TEDESCO, J. **Terra, trabalho e família**: racionalidade produtiva e ethos camponês. 1. ed. Passo Fundo: Ediupf, 1999. 1v. 325p.